*“ Nem a juventude sabe o que pode,
nem a velhice pode o que sabe”.*

José Saramago

Caros Calouros,

Ao dar as boas vindas a vocês, as entidades representativas dos estudantes (DCE Livre da USP); dos funcionários técnico-administrativos (Sintusp) e dos professores (ADUSP) julgam pertinente partilhar alguns aspectos dos diferentes projetos de universidade que coexistem, em disputa, na USP. Trata-se de um contraponto, ainda que panorâmico, ao projeto de universidade defendido pela reitoria, que coloca a USP no caminho da privatização, comprometendo sua qualidade e seu caráter público: o reitor já declarou, em várias ocasiões, que a universidade, “para ser pública, não precisa ser gratuita” e leva a sério suas próprias palavras, admitindo a criação de novos cursos pagos dentro da USP. Seria legítimo perguntar por que a visão das entidades não prevalece, já que elas representam os estudantes, os funcionários e os professores. A resposta está na falta de democracia da estrutura da Universidade de São Paulo, na qual apenas um pequeno número de pessoas decide sobre seus rumos.

A forma de escolha de reitor ilustra essa falta de democracia. O DCE, o Sintusp e a ADUSP denunciam há décadas que esse processo é anacrônico e antidemocrático: menos de 0,5% da comunidade universitária participam da indicação de uma lista tríplice, encaminhada ao governador, que indica o reitor. No entanto, graças à luta de estudantes, funcionários e professores, o último processo sucessório ganhou a atenção da mídia, ampliando a discussão e expondo o autoritarismo da estrutura de poder na USP.

Logo após sua indicação pelo governador, o reitor Rodas manifestou, reiteradamente, sua intenção de estabelecer diálogo com as entidades, sempre que temas relativos a estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores estivessem em baila. Não foi o que ocorreu ao longo desse primeiro ano de gestão.

As entidades, por sua vez, tentaram travar um diálogo efetivo com a administração, mas os resultados, no geral, foram pífios. Avesa ao diálogo, a reitoria tem exercido uma administração pouco acadêmica e extremamente autoritária, processando e punindo estudantes e funcionários, que lutam em defesa da universidade pública.

A anunciada preocupação do reitor com a questão da moradia estudantil não teve consequências. O reitor não só deixou de lidar de forma democrática com a questão da moradia nos campi da USP, como também não apresentou uma política de permanência estudantil, mesmo dispondo de um orçamento que permitiria atender a várias das reivindicações históricas do movimento estudantil.

Os estudantes também são diretamente afetados pelo projeto de universidade representado por essa gestão. A implementação na USP de cursos à distância é uma expressão dessa política: em particular, o ensino à distância nega a relação professor-aluno e a vivência universitária, na formação do estudante. Defendemos a expansão da educação presencial como meio de democratização do acesso à universidade, que exige, entre outras

medidas, um maior investimento em permanência estudantil, com base em critérios sócio econômicos e não meritocráticos.

Não podemos esquecer também da última Reforma da Graduação, aprovada pelo Co (Conselho Universitário), que ignora as propostas dos estudantes, funcionários e professores para o ensino e a pesquisa e ancora, nas demandas de mercado, a avaliação e eventuais adaptações de cursos.

Outro exemplo recente do modo de agir da atual administração da USP foi a demissão, ocorrida no dia 5/1, de 270 funcionários aposentados da universidade, que sequer foram informados sobre as causas da demissão. As alegadas motivações da reitoria só vieram a público após a violência ter sido praticada.

É preciso esclarecer que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a aposentadoria de um funcionário, contratado pela CLT, não rescinde seu contrato de trabalho, a não ser que o próprio trabalhador opte por isso. Amparados por essa legislação, em vigor até hoje, da qual muitos só tomaram conhecimento por meio de documento oficial da administração, vários funcionários optaram por se aposentar e seguir trabalhando, tendo sido, alguns deles, surpreendidos pela decisão da reitoria de demiti-los, sem nenhuma justificativa.

As entidades representativas dos docentes, estudantes e funcionários da USP reivindicam a revogação imediata dessas demissões.

Além disso, as propostas de alteração nas carreiras de docentes e funcionários têm desagradado as entidades, na medida em que favorecem a exacerbação do "produtivismo", a avaliação quantitativa do trabalho desenvolvido e o aumento da competitividade entre colegas. Somado a isso, no caso dos funcionários, a proposta de alteração da carreira favorece o avanço da terceirização, gritante nos últimos anos. Também sobre esse tema, a gestão Rodas não tem promovido um diálogo democrático com as categorias envolvidas.

O DCE, o Sintusp e a Adusp defendem a democratização da USP e propõem que um novo estatuto da universidade deva ser preparado com a participação efetiva de estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores.

Caro calouro, sua participação na luta em defesa da universidade pública não apenas é muito bem vinda, como fundamental.

DCE (Diretório Central dos Estudantes Livre "Alexandre Vanucchi Leme")

Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP)

Adusp (Associação dos Docentes da USP - Seção Sindical)

Aula Pública

USP: Pública e Democrática?

02 de março, às 17h30, Auditório da História